



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>333/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº A-342/2018</b>
Interessado(a):	<b>ALFREDO LUIS KERZNER</b>

**EMENTA: Regulariza obra ou serviço realizado pelo interessado, com o recolhimento da devida ART**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **A-342/2018** que trata de pedido de regularização de obras/serviços concluídos sem a devida ART; Considerando os artigos 7º, 45 e 46 da Lei Federal nº 5.194, de 1966; considerando a Lei Federal nº 6.496, de 1977; considerando as Resoluções Confea nº 1025/09 e 1050/13; considerando o artigo 17 da Resolução CONFEA nº 218/73; considerando a atividade desenvolvida pelo profissional e as atribuições do profissional, **DECIDIU pela regularização de obra ou serviço realizado pelo interessado, com o recolhimento da devida ART.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>334/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº A-459/2008</b>
Interessado(a):	<b>CARLOS FOLTYNEK</b>

**EMENTA: Regulariza obra ou serviço realizado pelo interessado, com o recolhimento da devida ART, desde que com a data de término da obra correta.**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **A-459/2008** que trata de pedido de regularização de obras/serviços concluídos sem a devida ART; Considerando os artigos 7º, 45 e 46 da Lei Federal nº 5.194, de 1966; considerando a Lei Federal nº 6.496, de 1977; considerando as Resoluções Confea nº 1025/09 e 1050/13; considerando o artigo 17 da Resolução CONFEA nº 218/73; considerando a atividade desenvolvida pelo profissional e as atribuições do profissional, **DECIDIU pela regularização de obra ou serviço realizado pelo interessado, com o recolhimento da devida ART, desde que com a data de término da obra correta.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>335/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-292/2013 V2</b>
Interessado(a):	<b>UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO - CAMPUS CAMPINAS</b>

**EMENTA: Concede atribuições aos concluintes de 2013 e 2016 do curso de Engenharia Química da UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO, com título profissional "Engenheiro(a) Químico(a)"**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **C-292/2013 V2** que trata do cadastro da Instituição de Ensino e do curso de Engenharia Química, das atribuições do título profissional, das atividades e das competências aos egressos da primeira turma do curso Superior de Engenharia Química da UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO, que se graduaram a partir do ano letivo de 2016 conforme a grade e estrutura curricular apresentada e para àqueles que se graduarem a partir de 2020 conforme a grade e estrutura curricular apresentada; Considerando a documentação apresentada; Considerando as Grades Curriculares e os Conteúdos Programáticos das Disciplinas do curso de Engenharia de Química da UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO dos anos de 2013 e 2016; Considerando que a carga horária do curso atende o disposto na Resolução CNE/CES nº 2, de 2007, e na Decisão Plenária CONFEA nº PL-1333/2015; Considerando o disposto na alínea "d" do art. 46 da Lei Federal nº 5.194, de 1966; Considerando a Instrução CREA-SP nº 2.405, de 2005; Considerando a Resolução CONFEA 473/2002; Considerando as Resoluções do CONFEA 1010/2005, 1.040/2012, 1.051/2013, 1.062/2014 e 1072/2015, **DECIDIU pela concessão das atribuições do artigo 7 da Lei 5.194/1966, para o desempenho das atividades relacionadas no artigo 17 da Resolução CONFEA 218/73, com título profissional "Engenheiro(a) Químico(a)", código 141-06-00 (Resolução CONFEA 473/2002), aos concluintes sob os projetos pedagógicos apresentados de 2013 e 2016 do curso de Engenharia Química da UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>336/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-168/2014 R1</b>
Interessado(a):	<b>FACULDADE MUNICIPAL "PROF. FRANCO MONTORO"</b>

**EMENTA: Retifica a Decisão CEEQ/SP nº 168/2017 corrigindo a ano da Resolução Confea nº 218, de 1976 para 1973 e Concede atribuições aos egressos de 2018 do curso de Engenharia Química da Faculdade de Municipal "Prof. Franco Montoro", com o título profissional de "Engenheiro(a) Químico(a)"**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **C-168/2014 R1** que trata do referendo das atribuições, do título profissional e das atividades e competências estendidas pela unidade de origem aos egressos de 2018 do curso de Engenharia Química da Faculdade Municipal "Prof. Franco Montoro"; Considerando que não houve alterações na estrutura curricular para os egressos de 2018 do curso de Engenharia Química da Faculdade Municipal "Prof. Franco Montoro"; Considerando o disposto na alínea "d" do art. 46 da Lei Federal nº 5.194, de 1966; Considerando a Resolução Confea nº 1.007, de 2003; Considerando a Resolução Confea nº 218, de 1973; e Considerando a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, instituída pela Resolução Confea nº 473, de 2002, **DECIDIU 1. Pela retificação da Decisão CEEQ/SP nº 168/2017 corrigindo a ano da Resolução Confea nº 218, de 1976 para 1973; 2. Pela concessão das atribuições previstas no art. 7º da Lei nº. 5.194, de 24 de dezembro de 1966, combinadas com as atividades relacionadas no art. 5º da Resolução nº. 1.073, de 2016, para o desempenho das competências relacionadas no art. 17 da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do Confea, aos egressos de 2018 do curso de Engenharia Química da Faculdade de Municipal "Prof. Franco Montoro", com o título profissional de "Engenheiro(a) Químico(a)" (código 141-06-00 da Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea).** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.  
Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>337/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-134/1990 V10 e V9</b>
Interessado(a):	<b>CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO MAUÁ DE TECNOLOGIA</b>

**EMENTA: Concede atribuições aos egressos de 2018 do curso de Engenharia de Alimentos do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, com o Título profissional de “Engenheiro(a) de Alimentos”**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **C-134/1990 V10 e V9** que trata da concessão das atribuições, do título profissional e das atividades e competências aos egressos de 2018 do curso de Engenharia de Alimentos do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia; Considerando que as alterações na estrutura curricular para os egressos de 2018 em relação às turmas anteriores não foram significativas; Considerando o disposto na alínea “d” do art. 46 da Lei Federal nº 5.194, de 1966; Considerando a Resolução Confea nº 1.007, de 2003; Considerando a Resolução Confea nº 218/73; Considerando a Resolução nº 1073/2016; e Considerando a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, instituída pela Resolução Confea nº 473, de 2002, **DECIDIU pela concessão atribuições previstas no art. 7º da Lei nº. 5.194, de 24 de dezembro de 1966, combinadas com as atividades relacionadas no art. 5º da Resolução nº. 1.073, de 2016, para o desempenho das competências relacionadas no art. 19 da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do Confea, aos egressos de 2018 do curso de Engenharia de Alimentos do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, com o Título profissional de “Engenheiro(a) de Alimentos” (código 141-01-00 da Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea).** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademir Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções. Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>338/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-849/2010 V5 ao V3</b>
Interessado(a):	<b>UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP – CAMPUS SANTOS</b>

**EMENTA: Concede atribuições aos egressos das turmas de 2013-1 a 2017-1 do curso de Tecnologia em Petróleo e Gás da Universidade Paulista – UNIP Campus Santos , com o título de TECNÓLOGO(A) EM PETRÓLEO E GÁS**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **C-849/2010 V5 ao V3** que trata das atribuições a serem concedidas às turmas de formados nos anos de 2013-1º semestre a 2017-1º semestre do curso Tecnologia em Petróleo e Gás da Universidade Paulista – UNIP – Campus Santos; Considerando o disposto na alínea “d” do art. 46 da Lei Federal nº 5.194, de 1966; considerando que as alterações curriculares apresentadas não foram significativas; considerando a Resolução Confea nº 1.007, de 2003; considerando as Resoluções Confea nº 313/86 e 1073/16; considerando a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, instituída pela Resolução Confea nº 473, de 2002, **DECIDIU pela concessão aos egressos das turmas de 2013-1 a 2017-1 do curso de Tecnologia em Petróleo e Gás da Universidade Paulista – UNIP Campus Santos as atribuições previstas para o desempenho das atividades relacionadas nos artigos 3º e 4º da Resolução CONFEA no 313/1986, restritas a Petróleo e Gás e o título de TECNÓLOGO(A) EM PETRÓLEO E GÁS (código 142-08-00 da Resolução CONFEA no 473/2002).** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>339/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-835/2017 C3</b>
Interessado(a):	<b>CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA</b>

**EMENTA: Registra o curso de pós-graduação lato sensu – “Especialização em Avaliações e Perícias em Engenharia” ofertado pelo Centro Universitário Moura Lacerda; não estende atribuição profissional aos concluintes e anota nos registros profissionais, dos solicitantes concluintes do curso e que detém registro no Sistema Confea-Crea, a expressão “Especialista em Avaliações e Perícias em Engenharia”**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **C-835/2017 C3** que trata de cadastramento do curso de pós-graduação lato sensu – Especialização em Avaliações e Perícias em Engenharia, oferecido pelo Centro Universitário Moura Lacerda; Considerando o artigo 46 da Lei nº 5.194/66; considerando a Resolução Confea nº 1.073/2016 do Confea; considerando que avaliação e perícia são atividades dispostas no artigo 1º da Resolução 218/73 e no artigo 5º da Resolução 1.073/16, ambas do CONFEA; considerando a estrutura curricular do curso de pós graduação lato sensu em Avaliações e Perícias em Engenharia voltadas especialmente à imóveis urbanos ou rurais, **DECIDIU por: Acompanhar a deliberação CEAP/SP nº 002/2017, ou seja, 1. Pelo registro do curso de pós-graduação lato sensu – “Especialização em Avaliações e Perícias em Engenharia” ofertado pelo Centro Universitário Moura Lacerda; 2. Pela “não” extensão de atribuição profissional aos concluintes; e 3. Pela anotação nos registros profissionais, dos solicitantes concluintes do curso e que detém registro no Sistema Confea-Crea, via documentação comprobatória aplicável, da expressão “Especialista em Avaliações e Perícias em Engenharia”. 4. Encaminhar ao DAC 1 para incorporar a Decisão CEEQ ao processo original.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções. Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>340/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-308/2009</b>
Interessado(a):	<b>CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA</b>

EMENTA: **PLANO DE FISCALIZAÇÃO DA CEEQ 2019**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **C-308/2009** que trata do Plano De Fiscalização da Câmara Especializada de Engenharia Química - CEEQ 2019, **DECIDIU pela aprovação do Plano De Fiscalização da CEEQ 2019.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 04 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>341/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-309/2009</b>
Interessado(a):	<b>CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA</b>

EMENTA: **MANUAL DE FISCALIZAÇÃO DA CEEQ 2018**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **C-309/2009** que trata do Manual de Fiscalização da Câmara Especializada de Engenharia Química – CEEQ 2018, **DECIDIU pela aprovação do Manual de Fiscalização da CEEQ 2018**. Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 04 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>342/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº C-538/2007 V2</b>
Interessado(a):	<b>ERNESTO RICCIARDI NETO</b>

**EMENTA: Defere a interrupção de registro do Engenheiro de Operação-Química Ernesto Ricciardi Neto**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **C-538/2007 V2** que trata de pedido de interrupção do registro do Eng. de Operação Química Ernesto Ricciardi Neto, por não exercer função que exija regularidade no CREA-SP uma vez que não está aposentado (fls. 179/180); Considerando os artigos 7º e 46 da Lei nº 5.194/66; considerando a Lei nº 12.514/11; considerando os artigos 30 a 32 da Resolução nº 1.007/2003 do CONFEA; considerando o artigo 17 da Resolução nº 218/73 do CONFEA; considerando a documentação apresentada, **DECIDIU pelo deferimento da interrupção de registro do Engenheiro de Operação-Química Ernesto Ricciardi Neto.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>343/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº F-996/2018</b>
Interessado(a):	<b>COOPERATIVA MERCEDES IMEC COOPERATIVA DE TRABALHO DE PRODUÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA</b>

**EMENTA: Registra a empresa Cooperativa Mercedes Imec Cooperativa de Trabalho de Produção de Equipamentos Médicos Hospitalares com a anotação do Engenheiro de Materiais Rodrigo Galhio Cimó como seu responsável técnico, com restrição para atuar exclusivamente na área da Engenharia modalidade Materiais**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **F-996/2018** que trata do registro da empresa Cooperativa Mercedes Imec Cooperativa de Trabalho de Produção de Equipamentos Médicos Hospitalares e anotação do profissional, Engenheiro de Materiais Rodrigo Galhio Cimó como seu responsável técnico; Considerando o objetivo social da empresa e as atividades desenvolvidas pelo profissional descritas nos documentos apresentados entende-se que a empresa tem por atividade básica a Engenharia. Considerando o atendimento à Lei Federal 5.194/1966, Resolução 218/73 do CONFEA, e demais legislações referentes ao registro de Pessoa Jurídica e à anotação de responsável técnico (Leis Federais 6496/1977 e 6839/1980, Instrução CREA-SP 2.141/1991, Resolução CONFEA 336/1989, Resolução CONFEA 1025/2009 e Instrução CREA-SP 2.551/2012, Regimento do CREA-SP e Ato Administrativo do CREA-SP no 23/2011). Considerando ainda que, pelo artigo 1º da Resolução CONFEA 241/76, compete ao Engenheiro de materiais o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º da Resolução nº 218, de 29 JUN 1973, referentes aos procedimentos tecnológicos na fabricação de materiais para a indústria e suas transformações industriais; na utilização das instalações e equipamentos destinados a esta produção industrial especializada; seus serviços afins e correlatos, **DECIDIU pelo registro da empresa Cooperativa Mercedes Imec Cooperativa de Trabalho de Produção de Equipamentos Médicos Hospitalares e anotação do profissional, Engenheiro de Materiais Rodrigo Galhio Cimó como seu responsável técnico, com restrição para atuar exclusivamente na área da Engenharia modalidade Materiais.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaíne Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

*Continuação da Decisão CEEQ/SP nº 343/2018....*

Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>344/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº F-4330/2017</b>
Interessado(a):	<b>Marika Ind. Com. De Brinquedos Infláveis – EIRELI-ME</b>

**EMENTA: Não há necessidade de indicação de Engenheiro da modalidade Química**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **F-4330/2017** que trata da solicitação de registro da empresa Marika Ind. Com. De Brinquedos Infláveis – EIRELI-ME, indicando o Engenheiro Rafael Panosso como seu responsável técnico; Considerando que as atividades exercidas pela empresa em questão são praticamente semi-artesanais (vide fls.020 a 039), não ocorrendo operações complexas a ponto de necessitar supervisão de profissional da modalidade de Engenharia Química. Ressalte-se que apesar dos materiais utilizados na confecção dos brinquedos, serem de fácil combustibilidade, o fato do Responsável Técnico da firma dispor de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, minimiza significativamente os riscos de incêndio decorrentes da estocagem/manuseio desses materiais, **DECIDIU por não haver necessidade de indicação de Engenheiro da modalidade Química**. Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>345/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº F-2925/2018</b>
Interessado(a):	<b>JBAM ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI-ME</b>

**EMENTA: Registra a empresa interessada com a anotação do profissional, Eng. Quím. João Batista De Almeida Medeiros, como seu responsável técnico**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **F-2925/2018** que trata do registro da empresa JBAM ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI-ME situada em Amparo/SP com a anotação do profissional, Engenheiro Químico JOÃO BATISTA DE ALMEIDA MEDEIROS, como seu responsável técnico; Considerando o atendimento à Lei Federal 5.194/1966, Resolução 218/73 do CONFEA, e demais legislações referentes ao registro de Pessoa Jurídica e à anotação de responsável técnico (Leis Federais 6496/1977 e 6839/1980, Instrução CREA-SP 2.141/1991, Resolução CONFEA 336/1989, Resolução CONFEA 1025/2009 e Instrução CREA-SP 2.551/2012, Regimento do CREA-SP e Ato Administrativo do CREA-SP no 23/2011). Considerando o objetivo social da interessada. Considerando ainda que, pelo artigo 17 da Resolução CONFEA 218/73, compete ao Engenheiro Químico o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à indústria química e petroquímica e de alimentos; produtos químicos; tratamento de água e instalações de tratamento de água industrial e de rejeitos industriais; seus serviços afins e correlatos, **DECIDIU pelo registro da interessada com a anotação do profissional, João Batista De Almeida Medeiros, como seu responsável técnico.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>346/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº PR-14323/2018</b>
Interessado(a):	<b>DEISILENE DANIELA DE PAULA</b>

**EMENTA: Indefere a interrupção de registro da Engenheira de Alimentos DEISILENE DANIELA DE PAULA**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **PR-14323/2018** que trata do pedido de interrupção de registro no CREA-SP da Engenheira de Alimentos DEISILENE DANIELA DE PAULA; Considerando os artigos 7º e 46 da Lei nº 5.194/66; considerando a Lei nº 12.514/11; considerando os artigos 30 a 32 da Resolução nº 1.007/2003 do CONFEA; considerando as atividades desenvolvidas pela profissional; considerando que para a correta fabricação dos alimentos, são necessários conhecimentos específicos de Engenharia modalidade Química, tais como Boas Práticas de Fabricação (BPF), Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), Sistemas e Equipamentos de embalagem e armazenamento do produto. Todas estas atividades são de produção técnica especializada industrial, conforme estabelecido na Lei Federal nº 5.194/66, devendo ser realizadas por profissional com conhecimentos de Engenharia, e quando exercidas por pessoas jurídicas, precisam de participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Considerando que o controle de qualidade da linha de produção é uma das áreas afetas à Engenharia, **DECIDIU pelo indeferimento da interrupção de registro da Engenheira de Alimentos DEISILENE DANIELA DE PAULA.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>347/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº PR-536/2018</b>
Interessado(a):	<b>ANDRÉA MARIA SOBRAL</b>

**EMENTA: Defere a interrupção de registro da Engenheira Química Andréa Maria Sobral**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **PR-536/2018** que trata do pedido de interrupção de registro no CREA-SP da Engenheira Química Andréa Maria Sobral; Considerando os artigos 7º e 46 da Lei nº 5.194/66; considerando a Lei nº 12.514/11; considerando os artigos 30 a 32 da Resolução nº 1.007/2003 do CONFEA; considerando o artigo 17 da Resolução nº 218/73 do CONFEA; considerando que a apesar de ter sido contratada como Eng. Produtos na GM do Brasil Ltda. desde 2014 atua na função de Tecnologia da Informação, **DECIDIU pelo deferimento da interrupção de registro da Engenheira Química Andréa Maria Sobral.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>348/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº PR-14268/2018</b>
Interessado(a):	<b>LILIANE EMY HASEGAVA</b>

**EMENTA: Indeferir a interrupção de registro da Engenheira de Alimentos Liliane Emy Hasegava**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **PR-14268/2018** que trata do pedido de interrupção de registro no CREA-SP da Engenheira de Alimentos Liliane Emy Hasegava; Considerando os artigos 7º e 46 da Lei nº 5.194/66; considerando a Lei nº 12.514/11; considerando os artigos 30 a 32 da Resolução nº 1.007/2003 do CONFEA; considerando o artigo 19 da Resolução nº 218/73 do CONFEA; considerando as atividades desenvolvidas pela profissional; considerando que para a correta fabricação dos alimentos, são necessários conhecimentos específicos de Engenharia de Alimentos, tais como Boas Práticas de Fabricação (BPF), Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), Sistemas e Equipamentos de embalagem e armazenamento do produto. Todas estas atividades são de produção técnica especializada industrial, conforme estabelecido na Lei Federal nº 5.194/66, devendo ser realizadas por profissional com conhecimentos de Engenharia de Alimentos, e quando exercidas por pessoas jurídicas, precisam de participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. A Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do profissional Engenheiro. Portanto, as atividades de planejamento, preparação e execução de ensaios para áreas de pesquisa e desenvolvimento; análise de resultados de ensaios, auxílio no desenvolvimento de métodos, processos e produto são atividades típicas da Engenharia de Alimentos. Acrescentando ainda, o Ministério da Educação e do Desporto, através da Portaria nº 1.695, de 05 de dezembro de 1994, resolveu que a Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do Curso de Engenharia, **DECIDIU pelo indeferimento da interrupção de registro da Engenheira de Alimentos Liliane Emy Hasegava.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>349/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº PR-237/2018</b>
Interessado(a):	<b>Edson Moreiras Mota – Eng.º Materiais</b>

**EMENTA: Indefere a interrupção de registro do Engenheiro de Materiais Edson Moreira Mota**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **PR-237/2018** que trata de pedido de interrupção de registro do Engenheiro de Materiais Edson Moreira Mota; Considerando as informações prestadas pela Empresa Duratex S/A, às fls 09, as atividades ora exercidas pelo Requerente, estão claramente contempladas no art. 7, itens c), e), h) da Lei 5194/66; bem como no Art.1º da Resolução Confea 214/76, que descreve as atividades profissionais do Eng.º de Materiais, **DECIDIU pelo INDEFERIMENTO do pedido em questão, devendo seu Registro neste Conselho, ser mantido.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>350/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº PR-418/2018</b>
Interessado(a):	<b>FERNANDO LÚCIO FERREIRA DA SILVA</b>

**EMENTA: Indefere a interrupção de registro do Engenheiro Químico Fernando Lúcio Ferreira da Silva**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **PR-418/2018** que trata do pedido de interrupção de registro no CREA-SP do Engenheiro Químico Fernando Lúcio Ferreira da Silva; Considerando os artigos 7º e 46 da Lei nº 5.194/66; considerando a Lei nº 12.514/11; considerando os artigos 30 a 32 da Resolução nº 1.007/2003 do CONFEA; considerando que apesar de aposentado o profissional encontra-se em atividade; considerando as atividades desenvolvidas pelo profissional; considerando que para a correta fabricação dos alimentos, são necessários conhecimentos específicos de Engenharia da modalidade Química, tais como Boas Práticas de Fabricação (BPF), Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), Sistemas e Equipamentos de embalagem e armazenamento do produto. Todas estas atividades são de produção técnica especializada industrial, conforme estabelecido na Lei Federal nº 5.194/66, devendo ser realizadas por profissional com conhecimentos de Engenharia modalidade Química, e quando exercidas por pessoas jurídicas, precisam de participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, **DECIDIU pelo indeferimento da interrupção de registro do Engenheiro Químico Fernando Lúcio Ferreira da Silva.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>351/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº PR-14252/2018</b>
Interessado(a):	<b>CRISTINE MENDONÇA BLOCH</b>

**EMENTA: Defere a interrupção de registro da Engenheira Química Andréa Maria Sobral**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **PR-14252/2018** que trata do pedido de interrupção de registro no CREA-SP da Engenheira Química Cristine Mendonça Bloch; Considerando os artigos 7º e 46 da Lei nº 5.194/66; considerando a Lei nº 12.514/11; considerando os artigos 30 a 32 da Resolução nº 1.007/2003 do CONFEA; considerando o artigo 17 da Resolução nº 218/73 do CONFEA; considerando que a apesar de ter sido contratada como Eng. Produtos na GM do Brasil Ltda. desde 2014 atua na função de Tecnologia da Informação, **DECIDIU pelo deferimento da interrupção de registro da Engenheira Química Andréa Maria Sobral.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>352/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº PR-14279/2018</b>
Interessado(a):	<b>MARCELO DE SOUZA ZANIN</b>

**EMENTA: Indefere a interrupção de registro do Engenheiro de Materiais Henrique Marcelo de Souza Zanin**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **PR-14279/2018** que trata do pedido de interrupção de registro no CREA-SP do Engenheiro de Materiais Henrique Marcelo de Souza Zanin; Considerando os artigos 7º e 46 da Lei nº 5.194/66; considerando a Lei nº 12.514/11; considerando os artigos 30 a 32 da Resolução nº 1.007/2003 do CONFEA; considerando a Resolução nº 241/76 do CONFEA; considerando as atividades do profissional e que sua formação em Engenharia é necessária, consequentemente seu registro neste Conselho, **DECIDIU pelo indeferimento da interrupção de registro do Engenheiro de Materiais Henrique Marcelo de Souza Zanin.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>353/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº PR-14321/2018</b>
Interessado(a):	<b>PRISCILLA SCARDELATO</b>

**EMENTA: Indefere a interrupção de registro da Engenheira de Alimentos Priscilla Scardelato**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **PR-14321/2018** que trata do pedido de interrupção de registro no CREA-SP da Engenheira de Alimentos Priscilla Scardelato; Considerando os artigos 7º e 46 da Lei nº 5.194/66; considerando a Lei nº 12.514/11; considerando os artigos 30 a 32 da Resolução nº 1.007/2003 do CONFEA; considerando o artigo 19 da Resolução nº 218/73 do CONFEA; considerando as atividades desenvolvidas pela profissional; considerando que para a correta fabricação dos alimentos, são necessários conhecimentos específicos de Engenharia de Alimentos, tais como Boas Práticas de Fabricação (BPF), Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), Sistemas e Equipamentos de embalagem e armazenamento do produto. Todas estas atividades são de produção técnica especializada industrial, conforme estabelecido na Lei Federal nº 5.194/66, devendo ser realizadas por profissional com conhecimentos de Engenharia de Alimentos, e quando exercidas por pessoas jurídicas, precisam de participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. A Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do profissional Engenheiro. Portanto, as atividades de tratamento de não conformidades, acompanhamento da produção diária, verificação dos produtos utilizados no processo de higienização dos uniformes, verificação diária das boas práticas de fabricação dos funcionários, acompanhamento das marcações e arquivo das planilhas dos Programas de Autocontrole, acompanhamento da higienização dos equipamentos após o término do abate e da eficácia dos produtos utilizados, cronograma de análises dos produtos, cadastro no SISAGUA das análises da água, são atividades típicas da Engenharia de Alimentos. Acrescentando ainda, o Ministério da Educação e do Desporto, através da Portaria nº 1.695, de 05 de dezembro de 1994, resolveu que a Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do Curso de Engenharia, **DECIDIU pelo indeferimento da interrupção de registro da Engenheira de Alimentos Priscilla Scardelato.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

*Continuação da Decisão CEEQ/SP nº 353/2018....*

Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>354/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-883/2014</b>
Interessado(a):	<b>SM INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PAPEL LTDA</b>

**EMENTA: Mantém o Auto de Infração nº35102/2016 e obriga o registro da interessada neste Conselho, com a participação efetiva de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho nas áreas de Engenharia Química ou Engenharia de Produção**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **SF-883/2014** que trata da EMPRESA SM INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PAPEL LTDA que não está registrada em Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia e em nenhum outro Órgão de Fiscalização Profissional. Também não consta profissional responsável técnico; Considerando a Atividade Econômica Principal : Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, pape-cartão e papelão ondulado. Atividade Econômica Secundária : Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário e fabricação de embalagens de papel; Considerando não solucionado as irregularidades, **DECIDIU pela manutenção do Auto de Infração nº35102/2016 (fl.38) e pela obrigatoriedade de registro da interessada neste Conselho, com a participação efetiva de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho nas áreas de Engenharia Química ou Engenharia de Produção.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>355/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-1384/2016</b>
Interessado(a):	<b>PANIFICADORA CEPAM</b>

**EMENTA: Não obriga o registro da interessada neste Conselho e arquiva o processo**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **SF-1384/2016** que trata de empresa com objeto social "fabricação de massas (para talharim, ravióli, capelete, pizzas, bolos, tortas e biscoitos, casquinhas para sorvete, etc), padarias, bomboniéres, confeitarias, bares, botequins e cafés, serviços de "buffet", sem registro e sem a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho; Considerando o objeto social e as atividades da interessada; Considerando o porte da empresa, seu capital social e a produção mensal, não caracterizam uma empresa afeta à engenharia; Considerando a Resolução CONFEA nº 1.008, de 2004, **DECIDIU pela não obrigatoriedade de registro da interessada neste Conselho e arquivamento do processo.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>356/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-2091/2016</b>
Interessado(a):	<b>GLASS MAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FIBRA DE VIDRO LTDA</b>

EMENTA: **Pelo encerramento deste Processo**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **SF-2091/2016** que trata da empresa GLASS MAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FIBRA DE VIDRO LTDA, localizada em Marília, tem como objeto social, de acordo com a ficha cadastral simplificada da Junta Comercial do Estado de São Paulo, a FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS NÃO ESPECIFICADOS OU NÃO CLASSIFICADOS EXCLUSIVE LAPIDAÇÃO DE PEDRAS JOALHERIA E BIJUTERIA. De acordo com o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a atividade Econômica Principal da interessada é a FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE MATERIAL PLÁSTICO PARA USO NA CONSTRUÇÃO, EXCETO TUBOS E ACESSÓRIOS; Considerando que não há nenhuma referência nos Autos sobre o processo de fabricação, o que impossibilita qualquer análise sobre as atividades desenvolvidas pela interessada; Considerando que a empresa e seu responsável técnico são registrados no Conselho Regional de Química-CRQ, conforme documentação emitida pelo próprio CRQ e a solicitada pela Fiscalização já na primeira Notificação emitida pelo CREASP, **DECIDIU pelo encerramento deste Processo.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>357/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-2940/2016</b>
Interessado(a):	<b>GRINGS &amp; FILHOS</b>

**EMENTA: Obriga o registro da interessada neste Conselho, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho, nas áreas de Engenharia Química ou Engenharia de Alimentos**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **SF-2940/2016** que trata de empresa com objeto social "Fabricação de outros produtos alimentícios não especificadas anteriormente", sem registro e sem a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho; Considerando o objeto social e as atividades da interessada na área de Alimentos; As atividades de fabricação de granola e cereais em geral envolvem conhecimentos relativos à Engenharia de Alimentos, são atividades de produção técnica especializada industrial e necessitam de Responsável Técnico, conforme a alínea "h" do art. 7º e o parágrafo único do art. 8º da Lei Federal nº 5.194, de 1966. O processo de beneficiamento de granola e cereais em geral envolve a recepção e seleção de matéria prima através da análise visual, peneiramento e empacotamento, do produto. A matéria prima, assim como o processo de produção, deve ser submetidos às avaliações físico-químicas, microbiológicas e sensoriais, visando garantir a qualidade do produto final e a saúde do consumidor. O processo produtivo inclui métodos de conservação de alimentos (tratamento térmico passando pelos fornos e resfriamento), com o objetivo de garantir a qualidade (sanitária, comercial, sensorial e nutricional) do produto a ser fornecido ao consumidor. As operações utilizadas para a fabricação de alimentos requerem conhecimentos das matérias primas, do processo de fabricação, cálculos de engenharia para definição e otimização das condições operacionais do processo, para garantir a segurança e a qualidade do alimento, assim como cálculos de engenharia para utilizar o menor consumo energético, o maior aproveitamento do espaço físico e no menor tempo. Ainda, para a correta fabricação dos alimentos, são necessários conhecimentos específicos de Engenharia de Alimentos, tais como Boas Práticas de Fabricação (BPF), Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), Sistemas e Equipamentos de embalagem e armazenamento do produto. Todas estas atividades são de produção técnica especializada industrial, conforme estabelecido na Lei Federal nº 5.194/66, devendo ser realizadas por profissional com conhecimentos de Engenharia de Alimentos, e quando exercidas por pessoas jurídicas, precisam de participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Estas pessoas jurídicas só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos CREAS, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico, conforme o Art. 59 da mesma Lei Federal. Além disso, a implantação de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

*Continuação da Decisão CEEQ/SP nº 357/2018....*

programas de segurança alimentar (BPFs e APPCC) na produção de alimentos é requisito de diversas legislações nacionais, tais como: Portaria 326 de 30/07/1997 e Portaria 1428 de 26/11/93 do Ministério da Saúde e Resolução 275 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do profissional Engenheiro. Portanto, as atividades de industrialização de Cereais em Geral e Granola são atividades típicas da Engenharia de Alimentos. Acrescentando ainda, o Ministério da Educação e do Desporto, através da Portaria nº 1.695, de 05 de dezembro de 1994, resolveu que a Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do Curso de Engenharia. Convém ainda citar que o registro de empresas e a anotação de profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, são obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros, conforme o Art. 1º da Lei Federal nº 6.839, de 30 de outubro de 1980. Considerando ainda que, de acordo com a Resolução CONFEA nº 417, de 1998, são enquadráveis nos art. 59 e 60 da Lei Federal nº 5.194, de 1966, as empresas industriais relacionadas em seu art. 1º, destacando o item 26 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, subitem 26.09 - Indústria de fabricação de produtos alimentares diversos. Considerando a Resolução CONFEA nº 1.008, de 2004,, **DECIDIU pela obrigatoriedade de registro da interessada neste Conselho, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho, nas áreas de Engenharia Química ou Engenharia de Alimentos, notificando-a desta exigência, com um prazo de 10 (dez) dias para sua regularização. Findo o prazo, não tendo requerido seu registro, deverá ser lavrada a autuação por infração ao art. 59 da Lei Federal nº 5.194, de 1966.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>358/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-1301/2016</b>
Interessado(a):	<b>FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA</b>

**EMENTA: Não obriga o registro da interessada neste Conselho e arquivar o processo**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **SF-1301/2016** que trata de empresa com objeto social "Sede (Poços de Caldas-MG): Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates. Filial A (Pirituba-SP): Recepção, armazenamento e expedição de produtos já embalados (sem fracionamento e/ou manuseio) ", sem registro e sem a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho; Considerando o objeto social e as atividades da interessada; Considerando que se trata de um centro de armazenamento e distribuição, não havendo processo fabril; Considerando a Resolução CONFEA nº 1.008, de 2004, **DECIDIU pela não obrigatoriedade de registro da interessada neste Conselho e arquivamento do processo.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>359/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-1274/2016</b>
Interessado(a):	<b>I.B.A.C. INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS E CHOCOLATES LTDA</b>

**EMENTA: Obriga o registro da interessada neste Conselho, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho, nas áreas de Engenharia Química ou Engenharia de Alimentos, notificando-a desta exigência**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **SF-1274/2016** que trata de empresa com objeto social "a) A produção e o comércio de chocolates, produtos de confeitaria, massas alimentícias (panetones, bolachas e biscoitos), doces e geleias, sorvetes e outras preparações alimentícias congêneres; B) a exploração comercial de embalagens, artigos de promoção, marketing e merchandising constituídos de material plástico, têxtil, papel ou papelão, porcelana, cerâmica, vidro, ferro ou aço e outros semelhantes, bem como aparelhos, máquinas e equipamentos necessários para exploração e conservação dos produtos alimentícios mencionados na letra "a"; c) A importação de todo o necessário à sua indústria e comércio; e d) A exportação de seus produtos" – (fls. 23 – Alteração contratual de 03/02/2016), sem registro e com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho; Considerando o objeto social e as atividades da interessada na área de Alimentos; As atividades de "produção e comércio de chocolates, produtos de confeitaria, massas alimentícias (panetones, bolachas, biscoitos), doces e geleias e outras preparações alimentícias congêneres" envolvem conhecimentos relativos à Engenharia de Alimentos, são atividades de produção técnica especializada industrial e necessitam de Responsável Técnico, conforme a alínea "h" do art. 7º e o parágrafo único do art. 8º da Lei Federal nº 5.194, de 1966. O processo de fabricação envolve a recepção e seleção de matéria prima, processamento da mesma, sistemas refrigerados, diversos equipamentos industriais como: dosadores, bombas, esteiras, sistema de resfriamento, bem como câmaras frigoríficas, sistema de acondicionamento e estocagem do produto. A matéria prima, assim como o processo de produção, devem ser submetidos às avaliações físico-químicas, microbiológicas e sensoriais, visando garantir a qualidade do produto final e a saúde do consumidor. O processo produtivo inclui métodos de conservação de alimentos (cadeia do frio) com o objetivo de garantir a qualidade (sanitária, comercial, sensorial e nutricional) do produto a ser fornecido ao consumidor. As operações utilizadas para a fabricação de alimentos requerem conhecimentos das matérias primas, do processo de fabricação, cálculos de



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

*Continuação da Decisão CEEQ/SP nº 359/2018....*

engenharia para definição e otimização das condições operacionais do processo, para garantir a segurança e a qualidade do alimento, assim como cálculos de engenharia para utilizar o menor consumo energético, o maior aproveitamento do espaço físico e no menor tempo. Ainda, para a correta fabricação dos alimentos, são necessários conhecimentos específicos de Engenharia de Alimentos, tais como Boas Práticas de Fabricação (BPF), Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), Sistemas e Equipamentos de embalagem e armazenamento do produto. Todas estas atividades são de produção técnica especializada industrial, conforme estabelecido na Lei Federal nº 5.194/66, devendo ser realizadas por profissional com conhecimentos de Engenharia de Alimentos, e quando exercidas por pessoas jurídicas, precisam de participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Estas pessoas jurídicas só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos CREAS, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico, conforme o Art. 59 da mesma Lei Federal. Além disso, a implantação de programas de segurança alimentar (BPFs e APPCC) na produção de alimentos é requisito de diversas legislações nacionais, tais como: Portaria 326 de 30/07/1997 e Portaria 1428 de 26/11/93 do Ministério da Saúde e Resolução 275 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do profissional Engenheiro. Portanto, as atividades de produção e comércio de chocolates, produtos de confeitaria, massas alimentícias (panetones, bolachas, biscoitos), doces e geleias e outras preparações alimentícias congêneres são atividades típicas da Engenharia de Alimentos. Acrescentando ainda, o Ministério da Educação e do Desporto, através da Portaria nº 1.695, de 05 de dezembro de 1994, resolveu que a Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do Curso de Engenharia. Convém ainda citar que o registro de empresas e a anotação de profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, são obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros, conforme o Art. 1º da Lei Federal nº 6.839, de 30 de outubro de 1980. Considerando ainda que, de acordo com a Resolução CONFEA nº 417, de 1998, são enquadráveis nos art. 59 e 60 da Lei Federal nº 5.194, de 1966, as empresas industriais relacionadas em seu art. 1º, destacando o item 26 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, subitem 26.02 - Indústria de fabricação de derivados do beneficiamento do cacau, balas, caramelos, pastilhas, dropes e gomas de mascar. 26.03 - Indústria de preparação de alimentos e produção de conservas e doces. (...) 26.08 - Indústria de fabricação de massas, pós alimentícios, pães, bolos, biscoitos, tortas - exclusive dietéticos (código 26.95). Considerando a Resolução CONFEA nº 1.008, de 2004, **DECIDIU pela obrigatoriedade de registro da interessada neste Conselho, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho, nas áreas de Engenharia Química ou Engenharia de Alimentos, notificando-a desta exigência, com um prazo de 10**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

*Continuação da Decisão CEEQ/SP nº 359/2018....*

**(dez) dias para sua regularização. Findo o prazo, não tendo requerido seu registro, deverá ser lavrada a autuação por infração ao art. 59 da Lei Federal nº 5.194, de 1966.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>360/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-2502/2016</b>
Interessado(a):	<b>DAL BON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LEGUMES E FRUTAS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - ME</b>

**EMENTA: Obriga o registro da interessada neste Conselho, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho, nas áreas de Engenharia Química ou Engenharia de Alimentos**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **SF-2502/2016** que trata de empresa com objeto social "Fabricação de conservas de legumes e frutas, importação e exportação" (fls.06), sem registro e sem a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho; Considerando o objeto social e as atividades da interessada na área de Alimentos, As atividades de produção e envasamento de sucos de diversas frutas - polpa envolvem conhecimentos relativos à Engenharia de Alimentos, são atividades de produção técnica especializada industrial e necessitam de Responsável Técnico, conforme a alínea "h" do art. 7º e o parágrafo único do art. 8º da Lei Federal nº 5.194, de 1966. O processo de beneficiamento de polpa de frutas envolve a recepção e seleção e a recepção das frutas em caixas, que vão para taques de lavagem com água corrente clorada, após as frutas seguem por esteira para segunda lavagem de enxague, então as frutas seguem para a despoupadeira para retirada das cascas, sementes e caroços, após vai para a 2ª despoupadeira, para retirar outras pequenas sementes. Os dejetos vegetais vão para uma fazenda de bois como alimento e o suco vai para a dosadeira que embala em embalagens de 100 gramas de polpa e em seguida é congelada a 18/20 graus negativos. A matéria prima, assim como o processo de produção, deve ser submetidos às avaliações físico-químicas, microbiológicas e sensoriais, visando garantir a qualidade do produto final e a saúde do consumidor. O processo produtivo inclui métodos de conservação de alimentos de resfriamento, congelamento, com o objetivo de garantir a qualidade (sanitária, comercial, sensorial e nutricional) do produto a ser fornecido ao consumidor. As operações utilizadas para a fabricação de alimentos requerem conhecimentos das matérias primas, do processo de fabricação, cálculos de engenharia para definição e otimização das condições operacionais do processo, para garantir a segurança e a qualidade do alimento, assim como cálculos de engenharia para utilizar o menor consumo energético, o maior aproveitamento do espaço físico e no menor tempo. Ainda, para a correta fabricação dos alimentos, são necessários conhecimentos específicos de Engenharia de Alimentos, tais como Boas Práticas de Fabricação (BPF), Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), Sistemas e Equipamentos de embalagem e armazenamento do produto. Todas estas atividades são de produção técnica especializada industrial, conforme estabelecido na Lei Federal nº 5.194/66, devendo ser realizadas por profissional com conhecimentos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

*Continuação da Decisão CEEQ/SP nº 360/2018....*

de Engenharia de Alimentos, e quando exercidas por pessoas jurídicas, precisam de participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Estas pessoas jurídicas só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos CREAS, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico, conforme o Art. 59 da mesma Lei Federal. Além disso, a implantação de programas de segurança alimentar (BPFs e APPCC) na produção de alimentos é requisito de diversas legislações nacionais, tais como: Portaria 326 de 30/07/1997 e Portaria 1428 de 26/11/93 do Ministério da Saúde e Resolução 275 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do profissional Engenheiro. Portanto, as atividades de produção e envasamento de suco a partir das frutas in natura, são atividades típicas da Engenharia de Alimentos. Acrescentando ainda, o Ministério da Educação e do Desporto, através da Portaria nº 1.695, de 05 de dezembro de 1994, resolveu que a Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do Curso de Engenharia. Convém ainda citar que o registro de empresas e a anotação de profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, são obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros, conforme o Art. 1º da Lei Federal nº 6.839, de 30 de outubro de 1980. Considerando ainda que, de acordo com a Resolução CONFEA nº 417, de 1998, são enquadráveis nos art. 59 e 60 da Lei Federal nº 5.194, de 1966, as empresas industriais relacionadas em seu art. 1º, destacando o item 26 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, subitem 26.09 - Indústria de fabricação de produtos alimentares diversos. Considerando a Resolução CONFEA nº 1.008, de 2004, **DECIDIU pela obrigatoriedade de registro da interessada neste Conselho, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho, nas áreas de Engenharia Química ou Engenharia de Alimentos, notificando-a desta exigência, com um prazo de 10 (dez) dias para sua regularização. Findo o prazo, não tendo requerido seu registro, deverá ser lavrada a autuação por infração ao art. 59 da Lei Federal nº 5.194, de 1966.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>361/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-1381/2016</b>
Interessado(a):	<b>SEARA ALIMENTOS LTDA</b>

**EMENTA: Obriga o registro da interessada neste Conselho, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho, nas áreas de Engenharia Química ou Engenharia de Alimentos**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **SF-1381/2016** que trata de empresa com objeto social “: (i) a industrialização e a comercialização de produtos alimentícios; a criação e o abate de aves e suínos; (ii) a fabricação de rações e concentrados; (iii) a industrialização de carnes; (iv) o transporte rodoviário de mercadorias próprias e de terceiros, (v) a importação e exportação de mercadorias; (vi) a comercialização de produtos veterinários e agropecuários; (vii) a prestação de serviços de apoio, atendimento, consultoria e assessoria as relações de consumo, serviços de instalação, configuração, desenvolvimento, suporte e consultoria em sistemas, aplicativos e tecnologia de informação; (viii) a prestação de serviços de armazenagem em geral, de produtos agrícolas, matérias-primas, carnes em geral, pescados, bem com produtos industrializados, inclusive em contêineres, tudo de acordo com o Decreto nº 1.102/1903, promovendo a construção de silos e armazéns, emissão de bilhetes, conhecimentos de depósito, “warrants” e quaisquer outros títulos ou documentos negociáveis; (ix) a prestação de serviços portuários; (x) a construção, reforma, ampliação, melhoria, arrendamento e exploração de instalação portuária de uso público e de uso privativo exclusivo e misto; (xi) a comercialização, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, próprios e/ou de terceiros, em face seus estados “in natura”, brutos, beneficiados ou industrializados, produtos de qualquer natureza; (xii) prestação de serviços de análises laboratoriais; (xiii) a atuação como correspondente bancário; e (xiv) a manutenção e reparo de balanças em geral, válvulas de segurança, manômetros, pressostatos, medidores de vazão, termômetros, peagâmetro, termo de higrômetro, analisadores e detectores de gases, cronômetros e termo resistências (pt100).” (fls. 22), sem registro e sem a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho; Considerando o objeto social e as atividades da interessada na área de Alimentos; As atividades de industrialização de produtos alimentícios; a fabricação de rações e concentrados; (iii) a industrialização de carnes envolvem conhecimentos relativos à Engenharia de Alimentos, são atividades de produção técnica especializada industrial e necessitam de Responsável Técnico, conforme a alínea “h” do art. 7º e o parágrafo único do art. 8º da Lei Federal nº 5.194, de 1966. O processo de beneficiamento de industrialização de carnes envolve a recepção e seleção de matéria prima, preparo, formulação, moagem, trituração e mistura e sistema de acondicionamento e estocagem do produto. A matéria prima, assim como o processo de





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

*Continuação da Decisão CEEQ/SP nº 361/2018....*

produção, deve ser submetidos às avaliações físico-químicas, microbiológicas e sensoriais, visando garantir a qualidade do produto final e a saúde do consumidor. O processo produtivo inclui métodos de conservação de alimentos, cadeia do frio, câmaras frigoríficas, trocadores de calor (cozimento, resfriamento), com o objetivo de garantir a qualidade (sanitária, comercial, sensorial e nutricional) do produto a ser fornecido ao consumidor. As operações utilizadas para a fabricação de alimentos requerem conhecimentos das matérias primas, do processo de fabricação, cálculos de engenharia para definição e otimização das condições operacionais do processo, para garantir a segurança e a qualidade do alimento, assim como cálculos de engenharia para utilizar o menor consumo energético, o maior aproveitamento do espaço físico e no menor tempo. Ainda, para a correta fabricação dos alimentos, são necessários conhecimentos específicos de Engenharia de Alimentos, tais como Boas Práticas de Fabricação (BPF), Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), Sistemas e Equipamentos de embalagem e armazenamento do produto. Todas estas atividades são de produção técnica especializada industrial, conforme estabelecido na Lei Federal nº 5.194/66, devendo ser realizadas por profissional com conhecimentos de Engenharia de Alimentos, e quando exercidas por pessoas jurídicas, precisam de participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Estas pessoas jurídicas só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos CREAS, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico, conforme o Art. 59 da mesma Lei Federal. Além disso, a implantação de programas de segurança alimentar (BPFs e APPCC) na produção de alimentos é requisito de diversas legislações nacionais, tais como: Portaria 326 de 30/07/1997 e Portaria 1428 de 26/11/93 do Ministério da Saúde e Resolução 275 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do profissional Engenheiro. Portanto, as atividades de industrialização de industrialização e a comercialização de produtos alimentícios; a criação e o abate de aves e suínos; (ii) a fabricação de rações e concentrados; (iii) a industrialização de carnes são atividades típicas da Engenharia de Alimentos. Acrescentando ainda, o Ministério da Educação e do Desporto, através da Portaria nº 1.695, de 05 de dezembro de 1994, resolveu que a Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do Curso de Engenharia. Convém ainda citar que o registro de empresas e a anotação de profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, são obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros, conforme o Art. 1º da Lei Federal nº 6.839, de 30 de outubro de 1980. Considerando ainda que, de acordo com a Resolução CONFEA nº 417, de 1998, são enquadráveis nos art. 59 e 60 da Lei Federal nº 5.194, de 1966, as empresas industriais relacionadas em seu art. 1º, destacando o item 26 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, subitem 26 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES (...) 26.05 - Indústria de abate de animais em matadouros, frigoríficos, preparação de conservas de carne. Considerando a Resolução CONFEA nº 1.008, de 2004, **DECIDIU pela obrigatoriedade de registro da interessada neste Conselho, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho, nas áreas de Engenharia Química ou Engenharia de Alimentos, notificando-a desta exigência, com um prazo de 10 (dez) dias para sua regularização. Findo o prazo, não tendo requerido seu registro, deverá ser lavrada a autuação por infração ao art. 59 da Lei Federal nº**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

*Continuação da Decisão CEEQ/SP nº 361/2018....*

**5.194, de 1966.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA**

Reunião Ordinária nº	<b>344</b>
Decisão CEEQ/SP nº	<b>362/2018</b>
Referência:	<b>Processo nº SF-390/2016</b>
Interessado(a):	<b>TEBRACC – TÉCNICA BRASILEIRA DE CORANTES E CONDIMENTOS LTDA</b>

**EMENTA: Obriga o registro da interessada neste Conselho, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho, nas áreas de Engenharia Química ou Engenharia de Alimentos**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Química, reunida em São Paulo, no dia 27 de setembro de 2018, apreciando o processo **SF-390/2016** que trata de empresa com objeto social "a) Industrialização e comercialização de especiarias, molhos temperos em geral; b) Importação de insumos para industrialização dos produtos elencados acima; e c) Exportação de produtos de fabricação própria", (fls. 18-verso) sem registro e sem a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho; Considerando o objeto social e as atividades da interessada na área de Alimentos, As atividades de "Industrialização de especiarias, molhos e temperos em geral" envolvem conhecimentos relativos à Engenharia de Alimentos, são atividades de produção técnica especializada industrial e necessitam de Responsável Técnico, conforme a alínea "h" do art. 7º e o parágrafo único do art. 8º da Lei Federal nº 5.194, de 1966. O processo de beneficiamento de especiarias envolve a recepção e seleção de matéria prima, Os grãos de urucum são misturados ao óleo de soja, após homogeneização são separados por centrifugação e enviado para filtro prensa. A essa mistura pode-se adicionar cúrcuma para ajuste da tonalidade do produto. As matérias primas, assim como o processo de produção, devem ser submetidos às avaliações físico-químicas, microbiológicas e sensoriais, visando garantir a qualidade do produto final e a saúde do consumidor. O processo produtivo inclui métodos de conservação de alimentos (limpeza, descorticagem, cozimento, extração, esmagamento, refino, neutralização, branqueamento ou clarificação, desodorização), com o objetivo de garantir a qualidade (sanitária, comercial, sensorial e nutricional) do produto a ser fornecido ao consumidor. As operações utilizadas para a fabricação de alimentos requerem conhecimentos das matérias primas, do processo de fabricação, cálculos de engenharia para definição e otimização das condições operacionais do processo, para garantir a segurança e a qualidade do alimento, assim como cálculos de engenharia para utilizar o menor consumo energético, o maior aproveitamento do espaço físico e no menor tempo. Ainda, para a correta fabricação dos alimentos, são necessários conhecimentos específicos de Engenharia de Alimentos, tais como Boas Práticas de Fabricação (BPF), Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), Sistemas e Equipamentos de embalagem e armazenamento do produto. Todas estas atividades são de produção técnica especializada industrial, conforme estabelecido na Lei Federal nº 5.194/66, devendo ser realizadas por profissional com conhecimentos de Engenharia de Alimentos, e quando



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

*Continuação da Decisão CEEQ/SP nº 362/2018....*

exercidas por pessoas jurídicas, precisam de participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Estas pessoas jurídicas só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos CREAS, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico, conforme o Art. 59 da mesma Lei Federal. Além disso, a implantação de programas de segurança alimentar (BPFs e APPCC) na produção de alimentos é requisito de diversas legislações nacionais, tais como: Portaria 326 de 30/07/1997 e Portaria 1428 de 26/11/93 do Ministério da Saúde e Resolução 275 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do profissional Engenheiro. Portanto, as atividades de industrialização de Industrialização de especiarias, molhos e temperos em geral são atividades típicas da Engenharia de Alimentos. Acrescentando ainda, o Ministério da Educação e do Desporto, através da Portaria nº 1.695, de 05 de dezembro de 1994, resolveu que a Engenharia de Alimentos é uma habilitação específica do Curso de Engenharia. Convém ainda citar que o registro de empresas e a anotação de profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, são obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros, conforme o Art. 1º da Lei Federal nº 6.839, de 30 de outubro de 1980. Considerando ainda que, de acordo com a Resolução CONFEA nº 417, de 1998, são enquadráveis nos art. 59 e 60 da Lei Federal nº 5.194, de 1966, as empresas industriais relacionadas em seu art. 1º, destacando o item 26 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, subitem 26.04 - Indústria de preparação de especiarias, de condimentos, de sal, fabricação de óleos vegetais e vinagres. Considerando a Resolução CONFEA nº 1.008, de 2004, **DECIDIU pela obrigatoriedade de registro da interessada neste Conselho, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado neste Conselho, nas áreas de Engenharia Química ou Engenharia de Alimentos, notificando-a desta exigência, com um prazo de 10 (dez) dias para sua regularização. Findo o prazo, não tendo requerido seu registro, deverá ser lavrada a autuação por infração ao art. 59 da Lei Federal nº 5.194, de 1966.** Coordenou a reunião o Conselheiro Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado. Votaram favoravelmente os(as) Conselheiros(as): Ademar Salgosa Junior; Balmes Vega Garcia; Claudia Cristina Paschoaleti; Francisco Innocencio Pereira; Gislaine Cristina Sales Brugnoli da Cunha; Hamilton Arnaldo Rodrigues; Higino Gomes Junior; Jorge Joel de Faria Souza; José Antônio Gomes Vieira; José Eduardo Wanderley de Albuquerque Cavalcanti; Marcelo Alexandre Prado; Monica Maria Gonçalves; Ricardo de Gouveia e Vivian Karina Bianchini, não havendo votos contrários nem abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 2018.

Eng. Alim. Marcelo Alexandre Prado  
Crea-SP nº 5060483163  
Coordenador da CEEQ